ASSEMBLEIA LEGISLATION DO ESTADO DE SANTA CATARI

GABINETE DO DEPUTADO NAZARENO MARTINS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 0212.0/2020

"Proíbe a cobrança de débitos pendentes em nome de terceiros, nas unidades consumidoras,

quando da troca de titularidade dos contratos

de prestação de serviços de água e energia

âmbito do Estado de Santa

Catarina."

elétrica, no

Autor: Deputado Ivan Naatz

Relator: Deputado Nazareno Martins

I – RELATÓRIO

Cuida-se de projeto de lei de iniciativa do Deputado Ivan Naatz que objetiva

proibir a cobrança de débitos pendentes em nome de terceiros, nas unidades consumidoras,

quando da troca de titularidade dos contratos de prestação de serviços de água e energia

elétrica, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A matéria foi lida no Expediente da Sessão Plenária do dia 16 de julho de 2020,

tendo sido encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, onde teve sua admissibilidade

aprovada por unanimidade. Na sequência foi encaminhada à Comissão de Trabalho,

Administração e Serviço Público, onde também restou aprovada.

O projeto seguiu então à Comissão de Direitos Humanos, onde fui designado

relator.

É o necessário resumo.

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde Rua Jorge Luz Fontes, 310 – Gabinete 207 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO DEPUTADO NAZARENO MARTINS

II - VOTO

Cabe à Comissão de Direitos Humanos o exame da matéria quanto aos aspectos

temáticos ou áreas de atividade afins, nos termos do art. 76 do Regimento Interno desta Casa

Legislativa. As questões afetas à constitucionalidade e competência para a iniciativa, já

restaram superadas no âmbito da Comissão pertinente.

Da análise do texto normativo, constato que a matéria tratada neste projeto tem a

mesma pertinência temática do projeto de lei nº 0491.0/2019 de autoria do Deputado Felipe

Estevão, que também visava proibir a cobrança, pelas concessionárias de serviços públicos no

Estado de Santa Catarina, de débitos pendentes ou quaisquer outros encargos relacionados a

contratos anteriores e que foi rejeitado nesta Casa na 81ª Sessão Ordinária do dia 24/08/2021.

Neste sentido, o projeto lei em análise está prejudicado nos termos do art. 235, I

do RIALESC, que diz:

Art. 235. São consideradas prejudicadas:

I – a discussão ou votação de qualquer proposição idêntica a outra que tenha sido aprovada ou rejeitada na mesma Sessão Legislativa ou transformada

em norma legal;

Diante do exposto, voto, no âmbito desta Comissão, pela REJEIÇÃO e

ARQUIVAMENTO do Projeto de Lei nº 0212.0/2020, devendo seguir seus trâmites

regimentais.

Sala das Comissões.

DEPUTADO NAZARENO MARTINS

**RELATOR**